

Saúde mental na universidade pública: um incipiente diálogo entre promoção em saúde e a criatividade humana

Mental health at public universities: an incipient dialogue between health promotion and human creativity

Salud mental en las universidades públicas: un diálogo incipiente entre la promoción de la salud y la creatividad humana

Renata Trasse de Oliveira Barbosa¹
Mario Sérgio Vasconcelos²

Resumo

O presente ensaio discute a saúde mental dos jovens universitários no contexto da universidade pública mostrando de forma introdutória suas possíveis causas, origens e impacto. Situa a Promoção em Saúde como uma via factível de implantação de políticas públicas saudáveis no meio acadêmico. Apresenta elementos não trabalhados na prevenção de agravos em saúde e qualidade de vida no contexto atual, detentores de possibilidade de combater o adoecimento juvenil, como os projetos de arteterapia, cultura, ciência e inovação de aporte tecnológico. Tais elementos podem ser estímulo à criatividade humana e serem elementos potenciais de promoção em saúde. Conclui que a interface Arte e Ciência poderia ampliar os espaços de interação cultural, de negociação, de trocas afetivas, entre os diversos atores envolvidos nos problemas impeditivos do alcance de parâmetros de qualidade de vida acadêmica.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Universidade Pública; Espaços Criativos

Abstract

This essay discusses the mental health of young university students in the context of public universities, showing in an introductory way its possible causes, origins and impact. It situates Health Promotion as a feasible way to implement healthy public policies in academia. It presents elements that have not been worked on in the prevention of health problems and quality of life in the current context, which have the possibility of combating youth illness, such as art therapy, culture, science and innovation projects with technological support. Such elements can stimulate human creativity and be potential elements of health promotion. It concludes that the Art and Science interface could expand the spaces for cultural interaction, negotiation, and affective exchanges, between the various actors involved in the problems that impede the achievement of parameters of quality of academic life.

Keywords: Mental Health; Public university; Creative Spaces

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Ilha – SP. Ilha Solteira, SP, Brasil.
E-mail: renata.to.barbosa@unesp.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7761-9440>

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Ilha – SP. Ilha Solteira, SP, Brasil
E-mail: mario.sergio@unesp.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3977-827X>

Resumen

Este ensayo analiza la salud mental de jóvenes universitarios en el contexto de las universidades públicas, mostrando de manera introductoria sus posibles causas, orígenes e impacto. Situa la Promoción de la Salud como una forma factible de implementar políticas públicas saludables en el ámbito académico. Presenta elementos que no han sido trabajados en la prevención de problemas de salud y calidad de vida en el contexto actual, que tienen la posibilidad de combatir la enfermedad juvenil, como arteterapia, cultura, ciencia y proyectos de innovación con apoyo tecnológico. Estos elementos pueden estimular la creatividad humana y ser elementos potenciales de promoción de la salud. Se concluye que la interfaz Arte y Ciencia podría ampliar los espacios de interacción cultural, negociación e intercambios afectivos, entre los diversos actores involucrados en los problemas que impiden el logro de parámetros de calidad de vida académica.

Palabras clave: Salud Mental; Universidad pública; Espacios Creativos

Introdução

Como princípio do presente artigo, adotar-se-á a definição de Venturini (2017) que diz que “o Sofrimento mental é tudo que nos coloca em um impasse subjetivo, tudo que nos afasta da capacidade de responder pela nossa vida e pelos projetos de felicidade e realização”.

Atualmente é frequente nas variadas mídias a propagação de informações que denunciam o sofrimento mental nos muros das universidades, em especial as públicas. Embora o aumento de agravos em saúde mental seja uma realidade contemporânea, abrangente nas diversas faixas etárias, classes sociais e regiões do mundo, o contexto universitário vem apresentando configurações diferenciadas, que mostram especificidades da vivência universitária e da juventude ainda carentes de mais estudos e respectivo aprofundamento.

Cerchiari et al. (2005) ao estudarem os serviços de atendimento mental de universitários mostraram que a necessidade dos serviços já foi conhecida no início do Século XX, sendo implantado inicialmente nos Estados Unidos e depois nos países europeus. O estudo é interessante ao apontar que pesquisas são realizadas desde então e que trazem a premissa da constatação de ser o período da graduação momento vulnerável da vivência no desenvolvimento humano na perspectiva da saúde mental e que cabe as universidades a responsabilidade de ajudá-los nessa fase (LORETO, 1985; REIFLER et al., 1969). Por sua vez, no Brasil, Xavier et al. (2008) em sua pesquisa intitulada Subjetividade e Sofrimento

Psíquico na Formação do Sujeito na Universidade concluiu pela existência de um mal-estar entre o aluno e a instituição como inerente a vivência acadêmica.

Mas o que a literatura apresenta das implicações, causas ou agravos que acometem os alunos universitários? A seguir apresentaremos algumas reflexões que contextualizam esse debate dando visão ao campo criativo como elemento potencializador de intervenção.

A Saúde mental do jovem universitário: breve contexto

Chiapetti e Serbena (2007) em pesquisa realizada em uma Universidade em Curitiba com o objetivo de investigar o uso de álcool, tabaco e drogas por alunos da área de saúde constataram que a continuidade do uso das drogas estava associada a uma tentativa de controle da ansiedade e do estresse. Andrade et al. (2016) realizaram interessante estudo com universitários do curso de psicologia de uma universidade pública. Constataram a justaposição entre a vivência universitária e o sofrimento psíquico. O trabalho é rico na discussão dos fatores de adequação ao curso e lança várias questões em aberto para a Permanência Estudantil.

Neves e Dalgarrondo (2007) ao estudarem alunos de graduação das áreas de humanas, artes, saúde, ciências básicas, exatas e tecnológicas de uma universidade pública do estado de São Paulo verificaram a prevalência de, pelo menos, um tipo de Transtorno Mental Menor em mais da metade dos discentes pesquisados.

O curso de graduação em medicina apresenta mais pesquisas no país. Estudos como os de Facundes e Ludermir (2005), Fiorotti et al. (2010) e Lima (2006) apresentam dados assustadores ao publicarem os índices alarmantes de depressão, potencial suicida, estresse e agravos em saúde mental dessa categoria de alunos, o que iguala suas pesquisas aos demais estudos científicos que voltam-se para essa população. Ao analisar tais estudos com o recente de Andrade et al. (2016), os autores correlacionam o sofrimento do aluno com o sofrimento psíquico de outras pessoas e com os conteúdos acadêmicos mais diretamente relacionados com a subjetividade humana.

Nas áreas de Ciências Exatas o desenvolvimento da graduação apresenta cargas intensas de estudos, quer extraclasse como horas-aulas, fomento ao individualismo pela cultura na constituição de uma dada *performance* de desempenho, bem como expectativas sociais e pessoais, não raro, distorcidas. Barbosa (2024) ao estudar as vivências acadêmicas

de estudantes cotistas de engenharia, aproxima-se dos estudos de Alves e Mantovani (2016), apontando que

A dilatação de prazo ou diplomação estendida encamparia os fatores que vão de equívocos na escolha do curso, costumes e comportamentos do Ensino Médio, ausência de programas e ações específicos ao suporte aos ingressantes, limitações das condições de permanência estudantil, letramento científico não construído e desmotivação quanto á carreira pelo próprio mercado (BARBOSA, 2024, p. 43).

Teixeira et al. (2008) relacionam a formação de identidade no que refere-se ao senso autônomo do jovem ao ingresso na academia. É na Universidade que irá concretizar-se o desenvolvimento na passagem da adolescência para a vida adulta (ERIKSON, 1976). Pascarella e Terenzini (2005) já referiam que o estudante universitário, dada a sua fase no desenvolvimento humano, passa por uma etapa de ajustamento à universidade. Tal processo traz o desenvolvimento da competência da socialização, dos relacionamentos interpessoais e culturais para o sucesso nesse contexto. Aspectos como o relacionamento com os pais, principalmente na percepção de apoio sócio emocional também são muito importantes nessa fase (ALMEIDA; SOARES, 2006).

Carvalho (2022) ao pesquisar o sofrimento psíquico de alunos em vulnerabilidade social de uma universidade pública salienta que

Iniciar uma nova fase de vida permeada pelas demandas do ambiente universitário pode ser difícil em diversos aspectos para certos alunos e um tanto maior para outros que ingressam por cotas sociais e raciais, tendo em vista o impacto dos determinantes sociais na saúde, o que pode gerar, conseqüentemente, maior sofrimento psíquico e maior probabilidade de evasão dos cursos (CARVALHO, 2022, p. 25).

Estudos como os de Capovilla e Santos (2001) e Fior e Mercuri (2003), apontam outros fatores relevantes para a saúde mental do estudante, como: o aperfeiçoamento cobrado ao estudante em sua formação, o que inclui autonomia na aprendizagem, gestão do tempo, delimitação de metas e elaboração de estratégias teórico-metodológicas para os estudos (DINIZ; GUISANDE, 2006).

Pesquisas tem apontado relação entre a retenção e ato de abandono, marcando a retenção como importante variável para as políticas voltadas ao corpo estudantil. Na busca de causas para a retenção apontam-se os seguintes aspectos: horários das disciplinas não compatível com a vida privada; falta de cursos noturnos para alunos trabalhadores;

impossibilidade de gerir o trabalhar com o curso da graduação; relacionamento prejudicado entre professor-aluno; lacunas na integração social à universidade; expectativas não correspondidas, problemas na adaptação nas primeiras séries dos cursos; ausência de informações sobre o curso e a profissão; e problemas financeiros (ARAÚJO; MARIANO; OLIVEIRA, 2021).

Inerente a esse contexto, as políticas de ações afirmativas nas Universidades Públicas trazem diferentes dimensões complexas e relevantes. Segundo Barbosa (2009) as universidades implementaram de formas diversificadas uma “Política de Assistência Estudantil”, compreendida como ações de programas de assistência e apoio voltados aos alunos reconhecidos como carentes, que objetivam contribuir para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seu desempenho acadêmico e de cidadania.

Imperatore (2017), em estudo recente, ao refletir a inclusão social nas Universidades problematiza a trajetória histórica da política de assistência estudantil no Brasil analisando o respectivo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto 7.234/2010. Segundo o autor, a complexidade desse programa e suas contradições, situa a intersecção da assistência social associada de forma inseparável da educação, legitima sua relevância no arcabouço dos direitos sociais e infere que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas de outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte e entre outros relevantes, à saúde.

A saúde mental dos universitários permeia assim a análise dos Determinantes Sociais em Saúde (DSS) ao pensar e intervir nas condições que o jovem detentor de uma vivência marcada por desigualdades sociais apresenta para a Universidade. Suas necessidades, interesses, demandas, extrapolam a contemplação de benefícios assistenciais pautados na materialidade da subsistência. Pensar esse jovem requer refletir sobre a juventude em sua interface com a saúde.

Buss e Pellegrini (2007) ao inferirem sobre as iniquidades em saúde, preconizam a relevância dos aspectos físico-materiais que não podem ser entendidos sem compreender os fatores psicossociais, explorando as relações entre percepções de desigualdades sociais, mecanismos psico biológicos e situação de saúde. As percepções e experiências de pessoas em sociedades desiguais provocam estresse e prejuízos à saúde já evidenciados nos

determinantes sociais em saúde. No Brasil, pela recente implantação das políticas de ação afirmativa, iniciam-se estudos que relacionam a saúde mental dos estudantes da universidade pública com os determinantes sociais em saúde (CARVALHO, 2023).

Assim mesmo, a literatura científica existente, comprova e apresenta de diversas formas o sofrimento psíquico na Universidade. Pensar sobre isso é indagar: O ensino superior apresenta pontos de fragilidade diante seu papel de ofertar um ensino com qualidade? Estaria a Universidade Pública desconsiderando o estudante nas dificuldades cotidianas? Caso o estudante seja considerado, essas políticas envolvem a sociedade moderna ou mantêm-se inseridas na percepção de “mundo intramuros” no universo universitário? Seriam esses contextos investigados na interlocução do estudante, universidade, sociedade enquanto uma intersecção propulsora dos agravos ou bem-estar em saúde mental?

Oliveira (2015) em sua pesquisa sobre a adaptação e evasão na graduação analisa que a Universidade busca formas de uma melhor compreensão de seus problemas. A contextualiza como uma instituição impactada pelas sucessivas mudanças históricas da educação e nos modelos ou padrões de ensino, tanto no âmbito nacional como internacional. Aponta em suas discussões o processo de ensino e aprendizagem com centros diferenciados em vertentes de pesquisa: ora no sujeito-aluno, ora no sistema político-social, ora em determinada classe social (religiosa, burguesa, tecnicista, elite etc.) ou ainda, na educação como um todo. Para o autor, compreender a relação entre a instituição de ensino e o aluno é buscar analisar o processo de adaptação aos desafios de suas vivências acadêmicas. Tais questões por sua vez, redundam em sérios questionamentos acerca da qualidade, tanto do ensino, quanto da aprendizagem e permanência do estudante no ensino superior.

Quanto à Permanência Estudantil vale uma reflexão. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Brasil apresenta a amplitude e a complexidade das diferentes e inter-relacionadas dimensões da necessária qualidade de vida do segmento discente. A Permanência Estudantil é um grande desafio nacional pela limitação de seu papel pela Gestão Universitária. Assim, aqui se assume que a saúde do aluno na universidade é inerente a Permanência Estudantil que nada mais é do que um complexo campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico, no Brasil, está nascendo da aproximação entre Saúde Coletiva, Educação e Cultura, tendo como pano de fundo as políticas públicas com sua abrangência. A Permanência Estudantil inicia a busca de conhecer (e intervir) nas relações acadêmicas na dicotomia saúde-doença, inclusão-exclusão, cultura e insciência,

humanização e violência. Para tal apresenta a referência central no surgimento de um novo ator social: o aluno cidadão, protagonista na Universidade e ator ativo de uma sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas e sociais inerentes a sua vida e de seu coletivo.

A saúde mental do aluno universitário traz o imperativo de trazer a complexidade da Universidade para o debate e a reconstrução da Permanência Estudantil enquanto política e não mais como ações entrecortadas, realizadas em dado tempo, sem parâmetros interligados e sem propostas contínuas. Entre uma infinidade de vertentes torna-se importante o diálogo com a dimensão da Promoção em Saúde.

A promoção em saúde no ambiente acadêmico através dos espaços criativos

O maior percentual de alunos das universidades públicas no Brasil compreendem os adolescentes, segundo parâmetro da Organização Mundial de Saúde (OMS) adotado pelo Brasil (caracterizados no ingresso no ensino superior entre 16 a 19 anos e 11 meses) e os jovens adultos, que englobam os jovens até os 24 anos. Esse fato traz para o contexto universitário a juventude como diretriz central de seu corpo discente.

A juventude enquanto segmento relevante para desenho próprio de uma política, tornou-se, em 2013, um corpo legal com a criação da Lei nº. 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude. A Lei traz a promoção da vida segura, a cultura da paz, a gestão da informação, a produção de conhecimento, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos jovens de forma integrada. Direciona-se aos jovens entre 15 a 29 anos de idade como detentores da alcunha de juventude, o que significava abranger, em 2013, segundo o IBGE, mais de um quarto da população brasileira (mais de 50 milhões de pessoas). Até a finalização do presente ensaio não obtivemos sucesso em conhecer experiências publicadas no contexto universitário de ações ou programas que ilustrassem a implantação da Política Nacional da Juventude com políticas de Permanência Estudantil. Todavia, o PNAES, apresenta para as universidades a necessidade de criação e interlocução dos espaços de conhecimento e de políticas públicas que extrapolam a Educação e impõem a urgência do diálogo entre elas para o alcance das diretrizes educacionais da Política Nacional da Juventude no Ensino Superior.

Desde a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, a Carta de Ottawa (BRASIL, 2002), preconiza um conjunto de valores como saúde, democracia, solidariedade,

equidade, participação e ação conjunta como resultado de diversas estratégias para a melhoria da qualidade de vida da população de dada comunidade. Evidencia a articulação da saúde com os diversos setores sociais e busca reafirmar a determinação social do processo saúde/doença. Aponta como estratégia o fortalecimento dos serviços comunitários e o favorecimento da participação popular, por meio do empowerment, como elementos-chave para alcançar saúde (BUSS, 2009).

A Promoção em Saúde é todo “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle desse processo” (BRASIL, 2002). O processo deve ser obrigatoriamente participativo, orientado no agir coletivo e detentor sobre as ações oriundas dos determinantes sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, dentre outros. Baseia-se em ações impactantes sobre o processo saúde-doença, fugindo ao reducionismo da informação em saúde.

Para tal alcance torna-se primal estabelecer políticas públicas saudáveis e legitimar os espaços coletivos com a alcunha de promotores de saúde. Entre tantos espaços, a universidade pública é sem dúvida, instituição de excelência pelo próprio papel social, educativo, ético e político que a legitima como instituição educacional.

Ao iniciar essa reflexão, a busca deve ser integrar a Educação e a Saúde como indissociáveis. Para tal, pesquisar e compreender as influências que o ambiente acadêmico provoca no processo saúde-doença em seu coletivo, para, a partir daí, olhar os segmentos de forma multidisciplinar, poderia ser a principal estratégia.

Segundo Sawada et al. (2017), tanto a ciência quanto a arte têm uma percepção da chamada “essência das coisas”, cabendo ao cientista e ao artista a incumbência de desvendá-las, de reinterpretá-las de forma a tornar possível sua compreensão, por aqueles que não pertencem a nenhuma das “duas culturas”, a científica e a humanística.

Sawada et al. (2017 apud DELEUZE, 2017), as Artes, a Filosofia e as Ciências são instâncias criadoras, são as três asas do conhecimento que utilizam a intuição, a imaginação, a criatividade, a razão e não deve haver hierarquia entre essas formas de pensamento, pois são produtoras de conhecimento que operam cada uma a sua forma.

[...] pontos comuns entre os saberes quando diz que despertar a intuição artística, desenvolver suas formas de expressão e ampliar a capacidade de absorvê-la está relacionado intimamente com o despertar de nossa humanidade. Se pensarmos que também a Ciência está ligada a todas estas características, concluiremos que está diretamente relacionada ao ser humano de forma a preservar e manter sua humanidade. Conjugando-se com

sua história e conquistas, notamos o quanto a Ciência e a Arte têm em comum e o quanto elas podem influenciar num novo olhar, ao sensibilizar aquele cujo foco poderá estar circunscrito a seu interesse profissional, sem atentar para a importância da conjunção de modos de pensar diferenciados (SAWADA et al. 2017 apud COSTA, 2017).

A arte pode se combinar com a ciência como parte de uma estratégia pedagógica explícita para a educação científica da população, e, para a educação e a divulgação científicas, a arte precisa ser incluída.

Dessa forma, a universidade pode ser promotora de saúde se for entendida como espaço vital, gerador de autonomia, participação, fomentadora de habilidades e aptidões físicas, cognitivas, emocionais, sociais, além de fomento à crítica e à criatividade (WHO, 1986).

A partir do referencial psicológico, a psicanálise e a psicologia profunda possibilitam compreender no que consiste e como se dão os elementos presentes no processo criativo. Inicialmente discutida por Freud, a arte era tida como uma forma de substituir, sublimar ou compensar uma impossibilidade de satisfação de um princípio de prazer, de uma gratificação instintual ou uma necessidade de escapar da realidade via fantasia. No entanto, Jung e Neumann consideram que o processo criativo traduz muito além de tais concepções, pois o caracteriza por uma função transcendente intrínseca a função simbólica da psique (BARCELLOS, 2004).

A função transcendente consiste no processo de reconhecimento e de unificação de opostos na psique, unidade-diversidade. “O homem como microcosmo é parte integrante do macrocosmo, o qual compreende as esferas do inconsciente coletivo e da consciência coletiva. (PENNA, 2008, p. 82). A teoria Junguiana ou analítica, tem por perspectiva ontológica a natureza da realidade a partir das noções de mundo, psique, ser e totalidade.

Tem-se, portanto, a existência de uma realidade subjacente (inconsciente) interferindo na realidade manifesta (consciente), que pode ser vivida fundamentalmente como uma forma de cognição na qual coexistem uma afirmação e sua contradição: uma operação *criativa* (BACELLOS, 2004). O jogo de opostos ocorre, assim por meio da arte quando o artista tenta dar ordem e forma (ego, consciência) ao caos e ao sem-forma (conteúdos inconscientes).

Há também uma concepção reduzida de uma analogia entre a neurose e a obra de arte, que podem ser explicadas da mesma maneira, comparando e confundindo a obra de arte como uma neurose e uma neurose como uma obra de arte. Porém, Jung em 1924 desfaz essa

confusão afirmando que o instinto criativo independe da psicodinâmica neurótica, mas ao contrário, “a doença é o mais incrível obstáculo à criação”. O impulso criativo é uma força da natureza que se impõe com impetuosidade ou de forma sutil, mas sem se importar com o destino do ser humano que o abriga, como algo vivo que personifica, caracteriza-se como um complexo autônomo: uma porção independente da psique que leva uma vida própria fora da hierarquia da consciência (BACELLOS, 2004).

Entretanto, a obra de arte

Nunca deve ser confundida com o artista enquanto pessoa, é indubitável que sua visão é uma vivência primordial autêntica, apesar do que possam dizer os racionalistas. Ela não é algo de derivado, nem de secundário, e muito menos um sintoma; é um símbolo real, ou seja, a expressão de algo real mas desconhecido (JUNG, 2014).

Dessa maneira, a obra de arte é uma produção coletiva; traduz manifestações do inconsciente coletivo integrados a consciência da época, indica um complexo do inconsciente pessoal que leva a personalidade para além de seus limites, para além do meramente individual, ou familiar, apresentando assim uma obra que, em maior ou menor escala, diz respeito a toda a coletividade.

Psicopatologia e criatividade mostram formas de lidar com a inerente dissociabilidade da psique humana. Na resolução criativa há certo grau de domínio sobre o conflito (BACELLOS, 2004). O desafio é trazer essa discussão não só para o agravo em si, mas para a potencialidade ali a ser explorada ao bem-estar subjetivo e social.

Nesse arcabouço, a arte e as expressões criativas destacam-se como elementos potencializadores da promoção em saúde, em especial da saúde mental para o ambiente acadêmico. Os movimentos de Reforma Psiquiátrica trouxeram a arte como recurso terapêutico, proporcionando inclusive formas novas de reinserção social. O recente estudo de Correa e Torrentes (2016), ao analisar pesquisas qualitativas sobre estudos de resolutividade com a arteterapia no tratamento de pacientes com transtornos mentais, constaram melhora significativa em vários aspectos, como o empoderamento, autonomia, sociabilidade, aumento da esperança e diminuição dos efeitos negativos da doença. Outras pesquisas sobre arteterapia, verificaram a potencialização da expressividade e melhor elaboração dos sentimentos e das memórias opressivas (MONAGHAN, 20011; CLARK, 2009). A literatura tem comprovado através da produção de arte os benefícios para a reabilitação psicossocial de portadores de transtornos mentais por essa via.

A criação de ambientes saudáveis na universidade poderia ser adquirida com a implementação de espaços de arte, cultura e cidadania, com engajamento em ações diversificadas, planejadas e operacionalizadas com, através e para os alunos, proporcionadas através de políticas internas e externas aos muros universitários, construídas com o coletivo, dentro dos espaços da universidade, voltadas para seus segmentos e comunidade externa, de forma contínua e ininterrupta.

O adoecimento mental de estudantes universitários expressa fenômenos sociais que requerem processos de compreensão. O sujeito biopsicosocial e a Arteterapia, como exemplo de intervenção, poderiam criar veículos facilitadores da expressão humana e canalizar estímulos de resolutividade de conflitos vivenciais oriundos da vivência acadêmica (PANDOLFO, 2012).

Alencar (2007) há mais de dez anos concluiu em sua pesquisa que os universitários percebiam, de modo geral, que seus professores eram pouco ou muito pouco criativos. Esse fato é aterrador ao pensar que o desenvolvimento da capacidade do futuro profissional de pensar de maneira criativa e inovadora não estava presente no exercício da própria capacidade de pensar do docente.

Contudo, existe um campo de saber denominado Ciência e Arte que propõe a integração das duas áreas para diferentes processos de produção de conhecimento, sejam eles artísticos e/ou científicos; possui um método inovador que permite pensar os processos de maneira criativa e produzir um pensamento crítico na solução de problemas reais. “As dificuldades concretas para a produção de conhecimento, seja ele artístico ou científico, fazem parte do cotidiano e é preciso buscar ferramentas que colaborem entre si para promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento das pesquisas (SAWADA et al., 2017)”.

A criatividade na universidade está inserida na ciência e tecnologia e suas diretrizes pautam-se em novas práticas de ensino ou pesquisa. A Promoção em Saúde através da criatividade humana traz uma visão sistêmica, introduzindo a Gestão Universitária e a Permanência Estudantil no processo de exercer o papel de catalisadores do potencial criativo através de políticas interligadas. Trabalhar a criatividade humana apenas nas vertentes de ensino e pesquisa sem dúvida, limita o desenvolvimento e expressão da criatividade no Ensino Superior.

Por sua vez, é inerente à ciência e por decorrência, à universidade, os recursos tecnológicos. Desenvolver o potencial criativo é algo esperado das instituições de formação

superior e é também uma competência esperada dos alunos nos espaços de inovação tecnológica. Gerar ideias em cima do arcabouço de conhecimentos de dada área pode solucionar problemas, alavancar processos técnicos, descobrir avanços nunca pensados e levar benefícios impactantes para a sociedade. Inserir o contexto humano nesse processo, sem dúvida, agregaria valor.

Considerações finais

A arte pode proporcionar a junção, a integração de transversalidade em todos os espaços de educação, segundo Sawada et al. (2017), pois pode se ligar a diferentes áreas de conhecimento e facilitar o trabalho interdisciplinar, na medida em que cientistas e artistas lidam com as inquietações da descoberta, as regras, com as heranças culturais e transformações do conhecimento ao longo dos anos. Sawada et. al. (2017) diz que “[...] não é meramente a sorte ou coincidência que atuam no sucesso de cientistas que também desenvolvem potencialidades artísticas, e que existe algo mais profundo, e não imediatamente óbvio, que liga, por exemplo, a música e a cardiologia [...]”.

Considera-se então, que a implantação de políticas voltadas a saúde mental pode englobar os campos da arte, da cultura e também o campo tecnológico e da inovação. Quando implementada e produzida de forma que diminua a competitividade, pode fomentar a sociabilidade, o potencial criativo e a inovação como *expertise*, trabalhadas na universidade aliando a promoção em saúde e o desenvolvimento de habilidades técnicas e científicas. Ações dessa monta poderiam abranger tudo que o aluno sabe, pensa e sente no seu ambiente acadêmico e incluir seus conhecimentos, experiências e habilidades na exploração de novos talentos na resolutividade de vários problemas, incluindo os pessoais e de sua coletividade, sem estigmas e estereótipos. Para tal poderia usar o interesse que já tem em sua carreira. O fomento do potencial criativo poderia ratificar, ou não, a satisfação pelo seu campo de conhecimentos, seus interesses, a construção de oportunidades vocacionais, dentre inúmeras vertentes salutares.

Vários aspectos inovadores podem ser construídos em cada especificidade de vivências acadêmicas. Alunos e professores, utilizando-se de ações fomentadoras da criatividade e inovação podem desenvolver ferramentas pedagógicas que conciliem o uso da ciência de cada curso com a arte e a cultura.

A associação da arte à educação científica é um campo em aberto para a construção de programas e projetos institucionais. Em hipótese, possibilitará aos educadores, e aos seus futuros alunos, desenvolver novas intuições e compreensões através da incorporação do processo artístico a outros processos investigativos, bem como construir um discurso interno e público sobre a relação entre arte, ciência, atividades humanas, e tópicos relacionados a atividades multidisciplinares e multiculturais (SAWADA et al., 2017).

A interface Arte e Ciência, ilustrada como exemplo de associação, poderia ampliar os espaços de interação cultural, de negociação, de trocas afetivas, entre os diversos atores envolvidos nos problemas impeditivos do alcance de parâmetros de qualidade de vida. Esses diálogos trariam diversos aspectos para a construção compartilhada do conhecimento e da organização das políticas internas. O estímulo a problematização poderia ser trabalhado nos diversos espaços, inclusive os científicos, provocando discussões abertas e soluções coletivas.

A criação de ambientes promotores de saúde mental perpassa pela integração da criatividade dentro das políticas, ao basear seus pressupostos na história dos sujeitos envolvidos, a solidariedade engajada e a responsabilidade social da universidade pública brasileira.

O aumento de agravos em saúde mental e sua constatação em estudos, infelizmente, verificam que as políticas universitárias despercebem seu impacto no processo saúde-doença estudantil apresenta a corresponsabilização da universidade nesse processo como ainda a ser assumida. Antes de tudo comprova a inexistência de políticas promotoras de saúde eficazes e de interesse de seus atores. A Universidade não pode continuar a negligenciar sua responsabilidade social ao não perceber o imenso potencial criativo inerente aos alunos. Tal potencial criativo atualmente prima em permanecer na latência e quer urgentemente, aprender a também promover saúde.

Referências

ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. O estímulo à criatividade no contexto universitário. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, v. 1, n. 2-3, p. 29-37, 1997.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Científica, 2014, p. 509-527.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In MERCURI, Elizabeth; POLYDORO, Soely A. J. **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral, p. 15-40.

ALVES, Marcos Fernando Soares; MANTOVANI, Kátia Luzia. Identificação do perfil dos acadêmicos de engenharia como uma medida de combate à evasão. **Revista de Ensino de Engenharia**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 26-36, 2016.

ANDRADE, Antonio dos Santos et al. Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, vol. 36, n. 4, p. 831-846, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004142015>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ARAÚJO, Ana Cléssia Pereira Lima de; MARIANO, Francisca Zilania; OLIVEIRA, Celina Santos de. Determinantes acadêmicos da retenção no Ensino Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1045-1066, out-dez, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902255>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BACELLOS, Gustavo. Jung, junguianos e arte: uma breve apreciação. **Rev. Pro-posições**, vol. 15, n. 1, p. 43, jan-abr, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643841/11321>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. 133 pág. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BARBOSA, Renata Trasse de Oliveira. **Projetos de Vida de estudantes cotistas de Engenharia**: um estudo baseado nos Modelos Organizadores do Pensamento e nas vivências acadêmicas. 2024. 158 pág. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As cartas de promoção à saúde**, Brasília: O Ministério: 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**, Brasília: O Ministério, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto 10 da Juventude e dispõe sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União, Brasília**, Brasília, DF, ago. 2013. Seção 1, p. 5-6.

BUSS. Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/coletiva1/DETERMINANTES_SOCIAIS_E_SAUDE.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BUSS, Paulo Marchiori; CARVALHO, Antonio Ivo de. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciênc. saúde coletiva**, v. 14, n. 6, p. 230-231, dez. 2009.

CARVALHO, Natália Hernandez. **O Sofrimento Psíquico e a Psicoterapia no Desenvolvimento de estudantes pertencentes ao Programa de Permanência Estudantil**

da Unesp. 2023. 225 pág. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

CAPOVILLA, Sheirla Luiza; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Avaliação da influência de atividades extramuros no desenvolvimento pessoal de universitários. **Psico-USF**, n. 6, p. 49-58, 2001.

CORREIA, Pedro Rocha e Torrenté; NUNES, Mônica de Oliveira. Efeitos terapêuticos da produção artística para a reabilitação psicossocial de pessoas com transtornos mentais: uma revisão sistemática da literatura. **Cad. saúde colet.**, v. 24, n. 4, p. 487-495, dez. 2016.

CLARK, Trevor. Poetry: recovery and beyond. **Australas Psychiatry**, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/10398560902948407>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DINIZ, Antonio M.; ALMEIDA, Leandro S. Adaptação à universidade em estudantes de primeiro ano: Estudo diacrônico da interação entre o relacionamento com pares, o bem-estar pessoal e o equilíbrio emocional. **Análise Psicológica**, v. XXIV, p. 29-38.

ERIKSON, Erik Homburger. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FILHO, Alberto Pellegrini; BUSS, Paulo Marchiori; ESPERIDIÃO, Amin Helou Filho. Promoção da saúde e seus fundamentos: determinantes sociais de saúde, ação intersetorial e políticas públicas saudáveis. In: PAIM, Jairnilson Silva. **Saúde Coletiva: teoria e prática**, Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

FIOR, Camila Alves; MERCURI, Elizabeth. Formação universitária: o impacto das atividades não obrigatórias. In MERCURI, Elizabeth; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **Estudante universitário: características e experiências de formação**, Taubaté: Cabral, p. 129-154.

FIOROTTI, Karoline Pedroti; ROSSONI, Renzo Roldi; BORGES, Luiz Henrique; MIRANDA, Angelica Espinosa. Transtornos mentais comuns entre os estudantes do curso de medicina: prevalência e fatores associados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 2010, n. 59, p. 17-23.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/fonaprace>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Rev.Ser.Soc.Soc**, São Paulo, n. 120.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos do inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Vozes, v. 9, 2014.

LIMA, Maria Cristina Pereir; DOMINGUES, Mariana de Souza; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Prevalência e fatores de risco para transtornos mentais comuns entre estudantes de medicina. **Revista de Saúde Pública**, 2006.

LORETO, Galdino. **Uma Experiência de Assistência Psicológica e Psiquiátrica a Estudantes Universitários**. 1985. Tese (Concurso de Professor Titular) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MONAGHAN Dominic. Creating an open mind. **Australas Psychiatry**, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3109/10398562.2011.583052>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MORI, Valéria; REY, Fernando González. A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. **Revista Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 140-152, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000300012>. Acesso em: 10 out. 2017.

NEVES, Marly Coelho Carvalho; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 2007, n. 56, p. 237-244.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Redução das desigualdades no período de uma geração**: igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais, Genebra: OMS, 2010. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde.

PANDOLFO, Priscila Maria; KESSLER, Adriana Silveira. **A Arte é Terapia**: arteterapia em grupos comunitários. Disponível em: <<file:///C:/Users/Un/Downloads/3932-12855-1-PB.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2024.

PASCARELLA, Ernest; TERENCE, Patrick. **How college affects students**: A third decade of research. San Francisco: Jossey-Bass, 2005, v. 2.

PENNA, Eloisa Marques Damasco. O Paradigma Junguiano no Contexto da Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Psicologia, USP**, 2005, v. 16, p. 71-94.

REIFLER, Clifford; LIPTZIN, Myron.; HILL, Chapel. Epidemiological studies of college mental health. **Archives of General Psychiatry**, 1969, v. 20, n. 1, p. 528-540.

WHO, WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Geneve, 1986.

SAWADA, Cristina Marins Braz et al. Cienciarte ou ciência e arte? Refletindo sobre uma conexão essencial. **Ver. Educação, Artes e Inclusão**. v. 13, n. 3, set/dez 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24789/2/taniac_jorge_et_al_IOC_2017.pdf> Acesso em: 02 ago. 2018.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia; WOTTRICH, Shana Hastenpflug; OLIVEIRA, Adriano Machado. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicol. Esc. Educ**, 2008, v. 12, n. 1, p. 185-202.

VENTURINO, Ernesto. **A saúde mental como questão social**. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/a-saude-mental-e-uma-questao-social-afirma-psi-quitra-italiano>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

XAVIER, Alessandra; NUNES, Ana Ignêz Belém Lima; SANTOS, Michelle Steiner dos. Subjetividade e sofrimento psíquico na formação do sujeito na universidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 3, n. 20, p. 427-451, 2008.

Recebido: dezembro/2023.

Publicado: julho/2024.